



Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material

ISSN: 0101-4714

ISSN: 1982-0267

Museu Paulista, Universidade de São Paulo

SCOPACASA, RAFAEL

Na periferia do urbanismo mediterrâneo antigo: assentamentos
e organização social no Sânio, Itália central, séculos IV-I a.C

Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, vol. 31, e11, 2023

Museu Paulista, Universidade de São Paulo

DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02672023v31e11>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27375568010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Na periferia do urbanismo mediterrâneo antigo: assentamentos e organização social no Sânio, Itália central, séculos IV-I a.C

At the margins of ancient Mediterranean urbanism: settlements and social organization in Samnium, central Italy, 4th-1st centuries BCE

<https://doi.org/10.1590/1982-02672023v31e11>

RAFAEL SCOPACASA¹

<https://orcid.org/0000-0002-0855-2999>

Universidade de São Paulo / São Paulo, SP, Brasil

1. Professor adjunto de história antiga na Universidade de São Paulo (USP). Doutor em história antiga pela University of Exeter, Inglaterra, mestre em história social pela USP e graduado em história pela USP. E-mail: rscopacasa@usp.br.

RESUMO: É discutível em que medida as regiões não-urbanizadas do mundo antigo desenvolveram formas de organização socioeconômica e política que divergiam daquelas em contextos de cidades-estados). Este artigo aborda essa questão a partir de um foco na região do Sânio, nas montanhas da Itália central, que desde a antiguidade é considerada uma periferia do urbanismo mediterrâneo. Segundo reconstruções modernas, nos quatro últimos séculos a.C., o sistema de povoamento disperso da região teria sustentado formas de estruturação sociopolítica em linhas étnicas ou "tribais" ao invés de cívicas. Será proposto um aprofundamento dessa visão, por meio da análise de uma amostragem de assentamentos aparentemente excepcionais na região, por conta do seu tamanho maior, suas estruturas públicas de larga escala, e, sobretudo, por concentrarem uma diversidade de atividades e ocupações socioeconômicas. Serão delineadas algumas implicações desses aglomerados para a compreensão desse contexto não-urbano, em termos do perfil socioeconômico desses centros (possivelmente mais igualitário no que se refere à distribuição social de trabalhos manuais e do acesso a confortos materiais), bem como da dimensão política que esses lugares podem ter desenvolvido, funcionando ora conjuntamente, ora alternativamente a agrupamentos maiores de tipo étnico. O objetivo é contribuir com parâmetros interpretativos para o estudo de sociedades menos ou não-urbanizadas do passado remoto.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização. Mediterrâneo antigo. Fontes escritas e de cultura material.

ABSTRACT: There is still debate as to whether non-urbanized regions of the ancient world developed forms of socioeconomic and political organization that diverged significantly from those in city-state contexts. This article addresses the issue by focusing on Samnium, in the uplands of central Italy, which has been considered a periphery of Mediterranean urbanism. According to modern reconstructions, in the last four centuries BCE, the region's dispersed settlement system would have supported alternative forms of sociopolitical organization based on ethnic or "tribal" rather than civic identification. I propose to develop this view by analysing a sample of settlement sites that were apparently exceptional in the region, owing to their increased size, their large-scale public structures, and particularly their diverse range of socioeconomic activities and occupations. I delineate some important implications of these settlements for our understanding of this non-urbanized context, in terms of the socioeconomic profile of such centres (possibly more egalitarian in terms of the social division of manual labour and access to material comfort), as well as of the political dimension these places may have developed, acting at times jointly, at others alternatively to broader ethnic settlements. The aim is to contribute with interpretative parameters for the study of less- or non-urbanized societies of the remote past.

KEYWORDS: Urbanization. Ancient Mediterranean. Written and material culture sources.

INTRODUÇÃO

A primeira metade do último milênio a.C. foi marcada por uma onda de urbanização que varreu o Mediterrâneo de uma extremidade à outra. O resultado foi a formação de uma rede de assentamentos nucleados e compactos, que tenderam a se concentrar em zonas litorâneas, sobretudo no norte da África, do Egeu, da Itália e da Sicília, dando origem ao que conhecemos como cidades gregas, fenícias, etruscas, latinas etc. O aparecimento desses assentamentos urbanos é considerado um ponto de virada crucial na história do Mediterrâneo antigo. O processo pelo qual um número maior de pessoas passou a viver em aglomerados mais densos, e muitas vezes politicamente autônomos, é associado na historiografia a desenvolvimentos decisivos, tais como a separação entre as esferas privada e pública; a formação do estado; e, em alguns casos, a extensão da participação política para uma parcela maior e mais pobre da comunidade, levando ao desenvolvimento da cidadania, cujas manifestações mais visíveis (embora diferentes entre si) seriam Atenas democrática e Roma republicana.²

Em que medida processos históricos parecidos estavam ocorrendo em regiões que supostamente não foram atingidas pela onda de urbanização, ou até que ponto essas comunidades teriam desenvolvido formas radicalmente divergentes de organização social, política e econômica, são questões ainda em aberto.

Por um lado, predominou nos anos 2000 uma abordagem cuja principal contribuição foi demonstrar a existência, entre sociedades ditas não-urbanizadas, de fenômenos por muito tempo vistos na historiografia como ligados exclusivamente à urbanização, tais como estratificação social, dinamismo comercial, conectividade cultural e formação do estado. A Itália antiga foi um terreno especialmente fértil para esse tipo de abordagem “decolonial”, em vista dos estudos de Guy Bradley sobre a região da Úmbria e de Elena Isayev sobre a Lucânia, assim como do projeto de pesquisa Regional Pathways to Complexity que focou no extremo sul da península. Bradley, por exemplo, argumentou que a escassez de cidades na Úmbria, antes da conquista romana, seria simplesmente uma consequência da topografia montanhosa da região. Esse tipo de terreno não teria favorecido a formação de grandes núcleos habitacionais, mas sim uma ocupação dispersa do território — sem que isso significasse a incapacidade de as comunidades locais desenvolverem sociedades estratificadas, contatos comerciais de longo alcance, ou estruturas políticas de tipo estatal, que contavam com magistraturas formais e órgãos coletivos de tomada de decisão. De modo semelhante, Isayev propôs que a distribuição equilibrada de centros fortificados nas montanhas da Lucânia teria favorecido o padrão de

2. Osborne e Cunliffe (2005). Para Osborne (2005, p. 3-4), o interesse pela urbanização entre os arqueólogos clássicos deve-se ao destaque dos estudos sobre a polis grega e suas origens. A historiografia sobre “a cidade antiga” pode ser rastreada até Fustel de Coulanges e Max Weber: Zuiderhoek (2017, p. 4-12) fornece uma discussão historiográfica. O Mediterrâneo antigo recebe destaque em Hansen (2000b), que trata de “culturas de cidades-estados” (*city-state cultures*) na história mundial: o volume inclui capítulos sobre as cidades-estados dos fenícios, gregos, etruscos e latinos, enquanto o Sânio (o foco deste capítulo) é notável por sua ausência.

3. Bradley (2000, p. 60-62); Isayev (2007).

4. Hansen (2000a, p. 12) e Hansen e Nielsen (2004, p. 138-142).

5. Zuiderhoek (2017, p. 5, 29-30, 78).

assentamento disperso que caracteriza a região, na medida em que teria facilitado o acesso da população aldeã a lugares de refúgio, diminuindo ou eliminando a necessidade de aglomeração por motivo de segurança (sendo que este é postulado em teorias modernas sobre a formação dos centros urbanos etruscos e latinos).³

Já outros estudiosos problematizaram os conceitos de “cidade” e “urbanismo” no contexto do Mediterrâneo do primeiro milênio a.C. Entre as definições dominantes na historiografia, que devem muito a Max Weber, destaca-se aquela proposta por Mogens Hansen, um dos pesquisadores-chefes do Copenhagen Polis Centre, projeto de pesquisa cujo propósito era investigar o conceito de “polis” na antiguidade. De acordo com a definição operacional de Hansen, uma cidade mediterrânea antiga seria um assentamento com população considerável, densamente concentrada em habitações permanentes, resultando em uma organização social e política mais complexa, indireta e mediada, diferente de comunidades menores e não-urbanizadas onde prevaleceriam relações cara a cara. Igualmente importante, segundo essa definição, seria a presença de áreas construídas incluindo setores residenciais permanentes, ruas e muralhas de fortificação, bem como espaços públicos abertos como praças ou ágoras — essas últimas sinalizando a diferença fundamental entre meros aglomerados humanos e comunidades políticas/cidadãs.⁴ Embora o modelo de Hansen tenda a ser aceito, certos estudiosos discordam de alguns dos seus postulados. Arjan Zuiderhoek, por exemplo, questionou o uso das variáveis tamanho e densidade populacional como critérios para pensar o urbanismo antigo.⁵ Ele nota que assentamentos pré-modernos quase sempre se encontram em uma ordem de grandeza completamente diferente de cidades modernas e industriais. Isso dificulta o uso de critérios quantitativos para estabelecer um limiar entre urbano e não-urbano que seja sensível às especificidades históricas da realidade antiga. A questão é ainda mais complicada pelo fato de que, em muitos casos, a área e densidade de assentamentos do Mediterrâneo antigo só podem ser delineadas aproximadamente, por meio de estimativas feitas a partir de vestígios (muito) incompletos. Em vista desses desafios, Zuiderhoek propõe que a análise do urbanismo antigo se oriente não tanto pelo (suposto) tamanho ou a densidade dos assentamentos, mas sim pelos seus perfis demográficos e socioeconômicos. O perfil que ele considera indicativo de centros urbanos antigos inclui fatores como taxa de mortalidade elevada, especialização econômica e diversidade ocupacional (agricultura, artesanato, manufaturas, escrita etc.).

A proposta interpretativa de Zuiderhoek é relevante para o estudo da (não-) urbanização antiga, por dois motivos: primeiro, porque ela permite repensar o significado da categoria analítica “urbano”, diversificando o leque de assentamentos

que poderiam ser aproximados a essa categoria; segundo, porque a proposta de Zuiderhoek nos leva a priorizar não tanto as dimensões dos assentamentos (sejam eles urbanos ou não), mas os seus perfis socioeconômicos e a diversidade entre eles — por exemplo, em termos de sua variação entre formas mais ou menos igualitárias.

Este artigo busca aplicar essa proposta interpretativa ao caso da antiga região do Sânio, nas montanhas da Itália central, que desde a antiguidade é considerada uma grande periferia do urbanismo mediterrâneo, e cujos antigos habitantes nos deixaram pouquíssimos registros escritos, sejam literários ou epigráficos. Segundo algumas reconstruções modernas, o sistema de povoamento disperso da região teria sustentado formas alternativas de organização sociopolítica, fundamentadas na identificação étnica ou “tribal” ao invés de cívica. Nas próximas seções, será feita uma breve apreciação dessa visão historiográfica, seguida pela análise contextual de uma amostragem de assentamentos aparentemente excepcionais na região, por conta do seu tamanho maior, suas estruturas públicas de larga escala, e, sobretudo, por concentrarem uma diversidade de atividades e ocupações socioeconômicas — aproximando-se, assim, do perfil urbano de Zuiderhoek. Serão delineadas algumas implicações desses aglomerados para a compreensão histórica desse contexto não-urbano, em termos do perfil socioeconômico desses centros (que podem ter exibido um grau relativamente pequeno de desigualdade), bem como do seu possível status político.

6. Samnitas nas fontes antigas: Apiano, *Samn.*, 4.1, Diodoro Sículo, 16.45.7-8, 20.101.5, e Tito Lívio 7.19.1-4, 9.45.1-4. Modernos: Dench (1995), La Regina (1984), Salmon (1967), Scopacasa (2015), Tagliamonte (1996). Moradores de aldeias: Estrabão 5.4.11; rústicos: Tito Lívio 9.13.6-8. Sobre esses estereótipos, ver Dench (1995).

O SISTEMA DE ASSENTAMENTO DISPERSO NO ANTIGO SÂNIO: ALGUMAS PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS

De acordo com fontes greco-romanas, durante a segunda metade do primeiro milênio a.C. a região do Sânio (Figura 1) foi habitada pelos samnitas, conhecidos por suas guerras persistentes contra Roma nos séculos IV e III a.C. Essas populações são ocasionalmente descritas nos relatos antigos como “moradores de aldeias” (*komedon zôntes* em grego) e “montanheses rústicos” (*montani atque agrestes* em latim).⁶ À primeira vista, essas descrições parecem concordar com os resultados de pesquisas arqueológicas que revelaram um sistema de povoamento disperso na região, consistindo basicamente em pequenos assentamentos rurais, normalmente identificados como “fazendas”, “aldeias” e “povoados”. O quadro é completado por sítios fortificados, geralmente situados em encostas ou topos de montanhas, e santuários de maior ou menor porte. De modo semelhante, pesquisas arqueológicas indicam a raridade ou ausência, nessa região, de formas de ostentação material

7. Ostentação funerária na Itália antiga: Riva (2010), focando nos etruscos.

8. Divergentes modelos socioeconômicos: Terrenato (2019, p. 134-143).

9. Por exemplo: Tito Lívio, 10.41-42 (*Aquilonia*), 9.31.4-5, 9.44.14 (*Bovianum*), 10.45.11 (*Saepinum*). Esses lugares serão mencionados novamente abaixo.

10. La Regina (1980, 1981, 1989) e Scopacasa (2015, p. 159-237), com bibliografia.

características das aristocracias de outras regiões da Itália antiga, tais como tumbas monumentais suntuosas ou residências privadas de luxo.⁷ Essas discrepâncias podem indicar diferentes convenções culturais quanto à ostentação. Ainda assim, é relativamente consensual que os habitantes do Sânio desviavam do modelo sociopolítico de grandes centros urbanizados e chefiados por aristocracias fundiárias hereditárias, observável entre etruscos e latinos já no início do primeiro milênio a.C.⁸ Ocasionalmente, as descrições greco-romanas do Sânio mencionam comunidades individuais caracterizadas como *poleis* em grego ou *urbes* e *oppida* em latim.⁹ Pouco é dito sobre esses assentamentos, além de constatações genéricas de que eles eram bem protegidos e providos de recursos. Alguma agência é atribuída aos habitantes desses lugares, sobretudo em termos da sua resistência a ataques romanos. romanos.

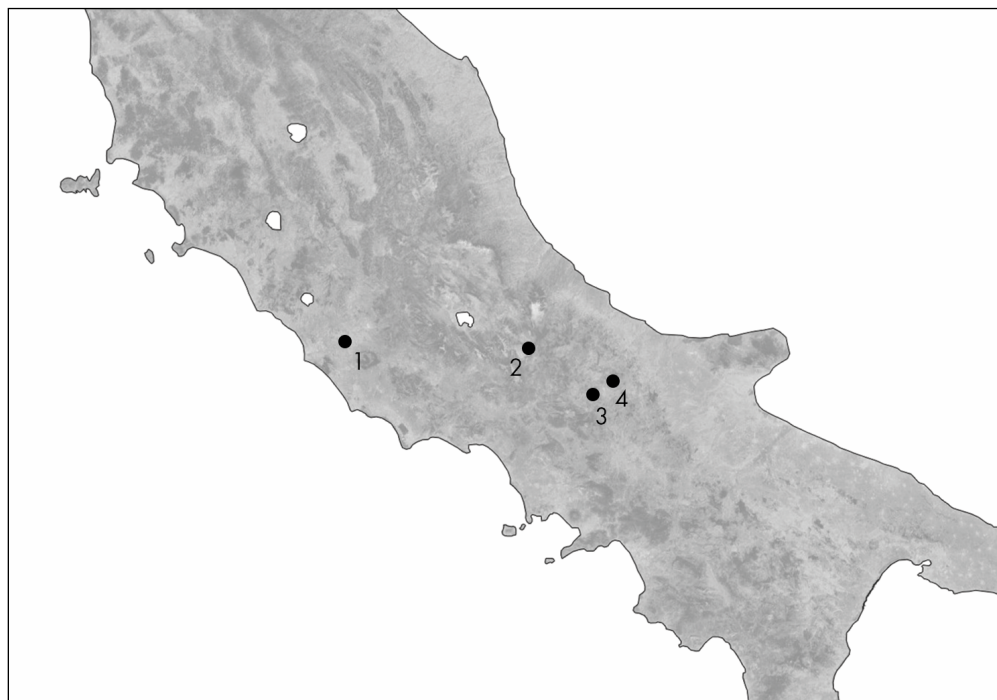


Figura 1 – Mapa da Itália central com indicação de lugares mencionados neste artigo (1: Roma; 2: Monte Pallano; 3: Monte Vairano; 4: a fazenda de Pesco Morelli). Fonte: R. Scopacasa (a partir do Google Earth).

Um modelo influente, apresentado pela primeira vez na década de 1970, propõe que os assentamentos predominantemente pequenos e dispersos do Sânio teriam estado integrados em distritos ou cantões.¹⁰ Estes teriam funcionado de uma maneira diferente da polis clássica (tal como tradicionalmente entendida na historiografia) no sentido de que os cantões não teriam contado com um centro urbano dominando seu território e suprimindo necessidades básicas, como habitação,

administração, culto religioso, produção, comércio e defesa. Ao contrário, essas funções teriam sido executadas pelos diferentes tipos de assentamento que estavam espalhados pelo cantão: funções referentes à administração teriam sido realizadas em santuários, que também teriam sido usados para culto religioso e comércio, enquanto os fortes nas colinas teriam oferecido proteção e as aldeias e fazendas os locais de habitação e de produção agrícola e artesanal.

Ainda de acordo com esse modelo, os cantões teriam formado uma união maior em nível regional, que corresponderia à formação político-militar descrita nas fontes greco-romanas como o *ethnos* samnita. Essa formação é entendida como uma espécie de federação ou liga, que teria estado em existência durante os quatro últimos séculos a.C. De fato, as fontes greco-romanas tendem a mostrar os “samnitas” agindo na diplomacia e na guerra como um bloco unificado naquele contexto cronológico. É isso que sugerem as várias referências a guerras, tratados e acordos feitos entre Roma e os samnitas como um todo, ao invés de comunidades samnitas individuais. Igualmente sugestivas são as referências a um “conselho samnita” que teria decidido sobre questões de política externa, e à existência de uma “cidadania samnita” cuja natureza, entretanto, permanece pouco compreendida.¹¹ Excluindo as fontes greco-romanas, os poucos dados disponíveis sobre organização política no Sânio vêm de inscrições datáveis entre os séculos III e I a.C., que fazem referência a uma instituição política basilar, chamada de *touta* na língua osca local. O termo é normalmente traduzido como “comunidade”, mas seu significado mais preciso é debatido. Alguns estudiosos tendem a ver a *touta* correspondente aos “cantões” citados, isto é como uma unidade territorial administrativa que compreendia vários assentamentos. Já outros veem a *touta* como uma espécie de microestado, composto por um assentamento central e um território circundante.¹² As evidências disponíveis podem sustentar igualmente cada um desses dois modelos conflitantes, conforme será discutido abaixo.

Apesar dessas indefinições, o entendimento geral é de que o sistema de assentamento disperso teria contribuído para que as comunidades do Sânio fossem especialmente propensas a integrar-se em unidades territoriais maiores, agindo como um bloco coeso a partir do século IV a.C., ao confrontarem a república romana expansionista. Essas comunidades, ou as suas lideranças, teriam conseguido articular esse tipo de ação conjunta fazendo uso de construtos identitários de tipo “tribal” ou étnico, que apelavam a noções de origens em comum. Postula-se, portanto, um contraste implícito com as realidades mais urbanizadas da Itália e do Mediterrâneo, onde as cidades-estados etruscas e gregas parecem frequentemente ter tido dificuldade em formar uniões territoriais mais extensas. De acordo com

11. Ver, no geral, Apiano, *Samn.*, 4.1, Diodoro Sículo, 16.45.7-8, 20.101.5, e Tito Lívio, 7.19.1-4, 9.45.1-4. Tratativas com Roma: Apiano, *Samn.*, 4.1, Diodoro Sículo, 16.45.7-8, 20.101.5, e Tito Lívio 7.19.1-4, 8.1.7, 8.36.11, 9.45.1-4. Conselho: Dionísio de Halicarnasso, *Ant. Rom.*, 15.8, 17-18.1-4, e Tito Lívio, 7.31.11, 10.12.2, “cidadania samnita”, 8.23.6, 9.10-11.

12. Ver, por exemplo, as visões contrastantes em La Regina (1989) e Letta (1994).

13. Eckstein (2006).

14. Lloyd (1995).

alguns estudiosos, isso se dava por conta do senso mais desenvolvido de autonomia e identidade cívica presente nessas comunidades urbanizadas.¹³

Uma das vantagens do modelo descrito acima é que ele ajuda a explicar como comunidades pequenas, menos prósperas do que as grandes cidades etruscas e latinas, conseguiram mobilizar recursos e poder militar necessários para fazer frente à conquista romana por mais de meio século. Por outro lado, ao enfatizar a macroescala dos acontecimentos políticos e militares, o modelo citado pode ofuscar certas complexidades do sistema de assentamento que se desenvolveu no Sânio.

Exames mais detalhados dessa realidade revelam que o padrão geral de assentamento disperso parece sofrer pelo menos duas transformações consideráveis a partir do século IV a.C.: em primeiro lugar, parece haver um crescimento acentuado e acelerado no número de pequenos assentamentos rurais, numa escala nunca antes vista e que se repete em outras partes da península itálica (inclusive aquelas mais urbanizadas como Etrúria e Lácio); ao mesmo tempo, certos assentamentos parecem crescer e se complexificar de uma forma totalmente inédita na região. É nessas duas transformações momentosas, principalmente na segunda, que o restante deste artigo irá se concentrar.

CENTROS NUCLEADOS EM UMA REALIDADE NÃO-URBANA

Antes do século IV a.C., os maiores assentamentos de que se tem conhecimento no Sânio não parecem exceder 2.5 hectares; daquele ponto em diante, esse limiar sobe para cinquenta hectares.¹⁴ Embora as formas desses assentamentos “inflados” variem de acordo com o contexto topográfico, eles exibem algumas características em comum. Primeiro, eles parecem abrigar uma gama mais ampla de atividades econômicas e ocupacionais, como armazenamento e processamento de alimentos, diferentes tipos de produção artesanal especializada e o consumo de bens locais e importados. Em segundo lugar, esses centros maiores apresentam vários tipos de estruturas permanentes de pedra e estuque, com destaque para fortificações (circuitos de muralhas, torres de vigia, portões), cisternas, ruas pavimentadas, edifícios com decoração interior, obras de terraçamento e, possivelmente, santuários intramurais. Evidentemente, a construção e manutenção dessas estruturas teriam exigido mobilização significativa de mão de obra e recursos. Esse tipo de planejamento pode indicar esforços comunitários para converter os lugares em questão em centros multifuncionais, onde várias necessidades sociais, econômicas e culturais poderiam ser satisfeitas.

Na maioria dos casos, as evidências arqueológicas disponíveis são fragmentárias demais para o estudo sistemático desses centros. É o caso de Sepino e Boiano, que podem ter estado entre os principais. O primeiro pode corresponder ao centro de *Saepinum*, que segundo o historiador romano Tito Lívio foi arrasado no final da “terceira guerra samnita” em 293 a.C. Dois sítios arqueológicos foram identificados em Sepino, que podem corresponder a núcleos diferentes do mesmo complexo habitacional. Evidências de produção artesanal especializada incluem uma cisterna retangular de pedra, identificada como uma *fullonica* — uma estrutura para lavar e processar lã que se assemelha a exemplos de Pompeia e é datável aos séculos III a.C.¹⁵ A *fullonica* de Sepino aponta para o desenvolvimento de uma economia têxtil local, o que condiz com a presença de implementos de tecelagem no território ao redor, como fusos e pesos de tear. A vitalidade da produção artesanal também é indicada por fragmentos de telhas de cerâmica, um dos quais apresenta uma inscrição fragmentária no alfabeto osco usado localmente (*sai*).¹⁶ Quanto ao assentamento em Boiano, parece provável que o local corresponda ao centro de *Bovianum*, que Tito Lívio descreve como uma “capital” (*caput*) samnita do final do século IV e início do III a.C.¹⁷ Há poucos vestígios materiais do assentamento em si, provavelmente devido à presença de uma cidade moderna no local. Ainda assim, um circuito de muros de pedra compreendendo uma área de aproximadamente novecentos m² foi identificado, possivelmente uma cidadela; no interior da área murada foram encontrados uma cisterna e outros vestígios de estruturas e construções em pedra.¹⁸ No entanto, os sinais mais convincentes de habitação estável em Boiano são as numerosas telhas de cerâmica com selos ou carimbos em língua e alfabeto oscos, datados genericamente aos séculos III e II a.C. Esses carimbos são importantes, pelo fato de eles nomearem magistrados que portavam os títulos oscos de *meddiss* e *meddiss tuvtiks*.¹⁹ Por um lado, esses registros poderiam indicar que o assentamento tinha a sua própria estrutura administrativa: o fato de os selos não especificarem a jurisdição dos magistrados pode ser tomado como sinal de que esses eram cargos de âmbito estritamente local. Porém, é igualmente possível que os magistrados nomeados integrassem um sistema administrativo maior, que incluía outros centros e assentamentos. A questão permanece ambígua.

Diferentemente dos casos acima, os assentamentos grandes e multifuncionais mais bem documentados arqueologicamente são “anônimos”, já que não se sabe como teriam sido chamados na antiguidade. Ainda assim, a qualidade e o volume de informações disponíveis a respeito deles oferecem uma base empírica muito mais rica e consistente, graças a escavações sistemáticas de arqueólogos locais.

15. Matteini Chiari (1982, p. 19-26).

16. Crawford (2011, p. 1131).

17. Tito Lívio, 9.31.4.

18. De Benedittis (1991a).

19. Sannio (1980, p. 226-230).

20. De Benedittis (1980, p. 321-323, 2017, p. 27-29).

21. *Id.*, 2017, p. 14.

22. *Id.*, 1980, p. 326-327, p. 340, 1990, p. 35, 2017.

23. Ânforas: De Benedittis (2017, p. 68-69) e De Benedittis e Bevilacqua (1980a, 1980b). Moedas: Catalli (1980, p. 354) e De Benedittis (1990, p. 18, 2017, p. 35).

24. De Benedittis (1980, 1991c).

25. *Id.*, 1980, 1990, 1991b, 2017, p. 33.

Talvez o melhor expoente seja o assentamento de Monte Vairano, localizado a poucos quilômetros de Boiano e Sepino (Figura 2). Já se aventou a possibilidade de que ele corresponda a *Aquilonia*, um outro centro samnita mencionado nas narrativas greco-romanas.²⁰ Qualquer que possa ter sido o seu nome antigo, Monte Vairano foi claramente um centro ativo e próspero por boa parte dos últimos quatro séculos a.C.²¹ O assentamento — ou a sua parte central — parece ter sido delimitado por um muro de pedra que cercava uma área de cinquenta hectares (embora o circuito total do muro não tenha sido completamente identificado e a sua data de construção possa ser incerta, conforme detalhado abaixo). Os vestígios materiais mais antigos sugerem que o local já era frequentado no século VI a.C. No entanto, a maioria dos artefatos encontrados parece datar aos últimos quatro séculos a.C., entre eles a cerâmica de verniz negro, que indica um período potencialmente amplo de ocupação entre 350/300 a.C. e o século I a.C.²² A cerâmica mais precisamente datável tende a cair dentro do intervalo de 250-100 a.C.: é o caso das cerca de quarenta ânforas de vinho importadas do Mediterrâneo oriental, principalmente de Rodas. Além disso, moedas datáveis aos séculos III e II a.C., provenientes da Itália e outras partes do Mediterrâneo, confirmam que Monte Vairano estava ativo naquele intervalo.²³

Informações sobre o perfil socioeconômico dos habitantes e frequentadores de Monte Vairano podem ser obtidas a partir das evidências arqueológicas disponíveis. Para começar, conexões com o território circundante podem ser identificadas em vista de ferramentas de trabalho agrícola encontradas dentro do assentamento, como pás, foices e enxadas de ferro.²⁴ A datação desses artefatos não é totalmente certa; porém, se forem contemporâneos às principais fases de atividade do assentamento, a sua presença pode sugerir que Monte Vairano estava ligado a atividades agropecuárias no território ao redor. Além das ferramentas de metal foram encontradas pedras de moagem, o que poderia indicar que colheitas estavam sendo armazenadas, processadas, consumidas e/ou redistribuídas no assentamento. Além disso, a ocorrência desses implementos agrícolas poderia indicar a presença de trabalhadores agrícolas de condição socioeconômica possivelmente média ou baixa, cujo status pode ter variado, teoricamente, ao longo de uma gama compreendendo pessoas livres, dependentes de vários tipos, e escravizadas. Outros achados apontam para produção artesanal especializada, sobretudo cerâmica (fornos, descartes, moldes e fôrmas) e tecelagem (pesos de tear e fusos); fragmentos de telhas com inscrições oscas e gregas podem ser indicativas de oficinas com suas próprias marcas de produção.²⁵ Conforme mencionado acima, também foram encontradas moedas de vários lugares do mundo grego helenístico, como Pharos, Apolônia, Thasos, a liga epirota, bem como do Mediterrâneo ocidental (Ibiza).

No que se refere ao consumo, a presença de pessoas com acesso a artigos diferenciados é sugerida pelo número relativamente grande de ânforas de vinho importadas do Mediterrâneo oriental, a maioria da ilha de Rodas. Estas parecem ter se concentrado em uma área de duzentos m², possivelmente um local voltado para o consumo de vinho importado — embora não seja claro se tratava-se de um espaço privado, como uma residência, ou de caráter mais aberto e público (.²⁶ De todo modo, a presença das ânforas indicaria que um setor de Monte Vairano dispunha de certa prosperidade material, ampliando o espectro socioeconômico do assentamento. Considerando a presença das moedas helenísticas, é possível que o vinho em questão tenha sido importado diretamente de Rodas e de outros centros comerciais do Mediterrâneo oriental — o que, por sua vez, indicaria a presença no assentamento de comerciantes bem conectados.

Possíveis vestígios de habitação permanente ou semipermanente incluem o chamado “edifício C” (uma construção relativamente grande, cuja data e função ainda não são totalmente claras) e a chamada “casa de LN”, uma estrutura quadrada de 25 m².²⁷ A estrutura recebe o nome de uma série de fragmentos de cerâmica que exibem as letras oscas “L” e “N”. Ela continha pisos pavimentados e paredes revestidas com estuque pintado de vermelho; foi encontrada em seu interior uma placa decorativa de terracota que parece representar Héracles e o leão de Nemeia; e em uma das extremidades havia uma bacia aparentemente ligada a um ralo.²⁸ Se esse ambiente não fazia parte de uma residência de elite maior, seria uma indicação de que pessoas comuns em Monte Vairano podem ter tido acesso a algum grau de conforto material (até agora, nenhum edifício no assentamento foi explicitamente atribuído ou associado a grupos subalternos). A presença da placa decorativa com cena de Héracles poderia indicar uma dimensão religiosa para o pequeno edifício; isso, entretanto, não seria incompatível com uma função doméstica ou pública. Também significativo é que a casa de LN pode ter ocupado um lugar de destaque dentro do assentamento, dada a sua proximidade a uma das principais portas no circuito de muros (“Porta Meridionale”, Figura 2). A casa estava aparentemente situada em uma rua pavimentada (“rua B”), que corria em linha reta desde a porta sul do assentamento até o que parece ter sido a parte central. Um pouco adiante após a casa de LN, a “rua B” aparentemente encontrava uma outra via mais larga (“rua A”).²⁹ Esses vestígios de cruzamento sugerem a presença de uma malha viária maior.

26. Ânforas e seu contexto arqueológico: De Benedittis e Bevilacqua (1980a).

27. De Benedittis (1988, 2017, p. 27-29).

28. *Id.*, 2017, p. 28, 57.

29. *Id.*, 1980, p. 321, 2017, p. 22-23). Sobre a datação dessas estruturas: *Id.*, 2017, p. 86.

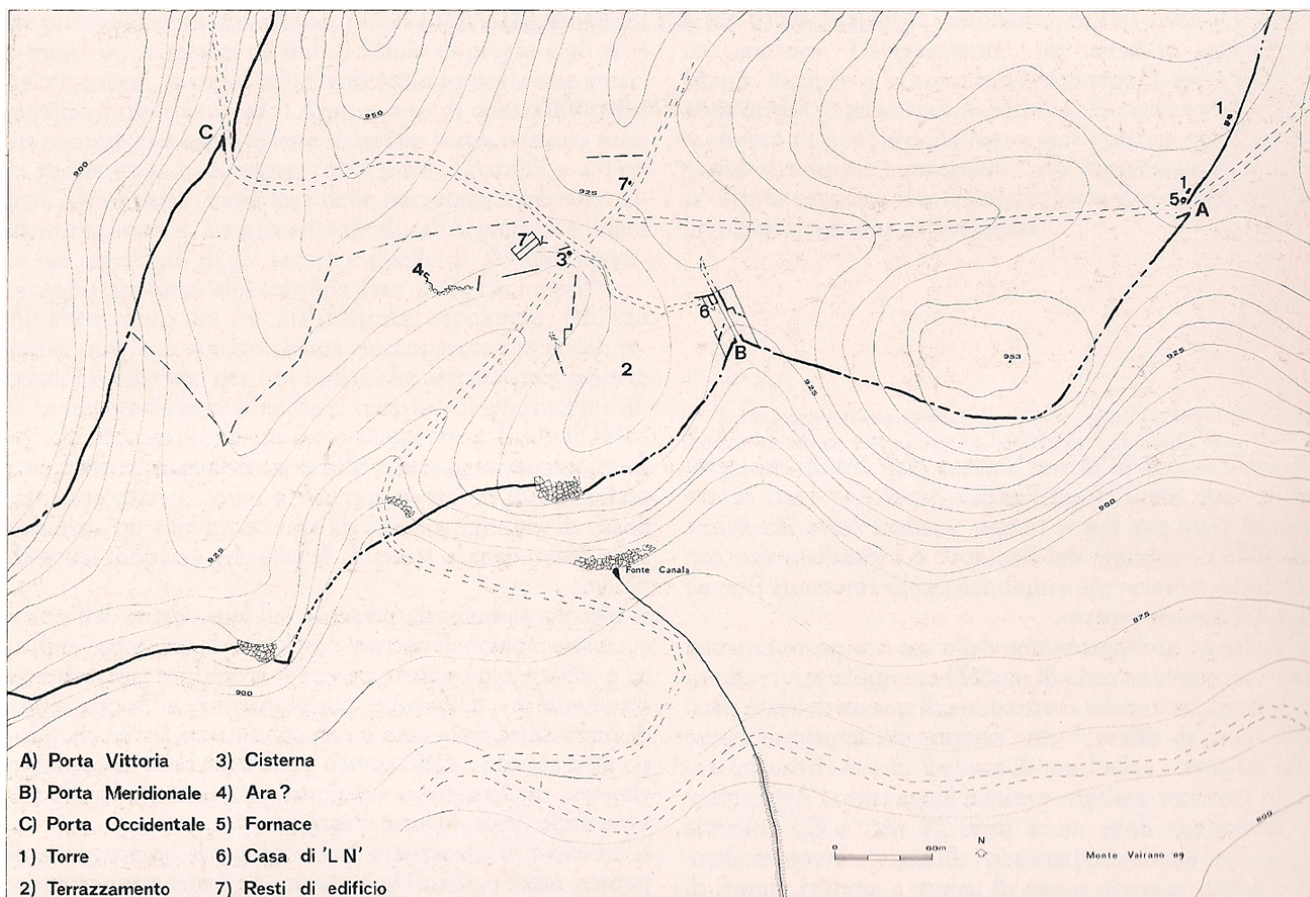


Figura 2 – Plano de Monte Vairano. Fonte: De Benedittis (1980).

30. *Id.*, 1980, p. 326-327, 1990, p. 31-32, 2017, p. 12, p. 16-18, p. 74.

31. Fronda (2010).

No que diz respeito às fortificações, sua construção foi datada ao final do século IV a.C., tendo supostamente permanecido em uso até o século II a.C. A data de construção foi estimada em função de fragmentos de cerâmica de verniz negro recuperados nas fundações de um trecho do muro. Já a data final é baseada na observação de que as pedras da face interna da muralha foram aparentemente reutilizadas na construção de um forno de cerâmica junto a uma das portas, em algum momento do século II a.C.³⁰ Se essas estimativas estiverem corretas, elas podem significar que as fortificações estavam em uso durante o contexto geopolítico volátil e violento que marcou a conquista romana da Itália durante os séculos IV e III a.C. Esse período inclui as chamadas “guerras samnitas” (c. 343-290 a.C.), a Guerra Pírrica de 280-275 a.C., a invasão gaulesa de 225 a.C. e a Segunda Guerra Púnica de 218 a 201 a.C., boa parte da qual se desenrolou na península itálica, gerando muita insegurança e destruição.³¹ Mesmo considerando a possibilidade de que as muralhas de Monte Vairano sejam posteriores a duzentos

a.C., quando o cenário geopolítico na península itálica teria começado a mudar e o assentamento estava prosperando economicamente (a julgar pelas moedas e ânforas importadas), isso não significaria que até aquele ponto não havia existido preocupação com segurança: fortificações de madeira, como paliçadas, podem muito bem ter precedido os muros e as torres de pedra atualmente visíveis.

Aparentemente contemporâneo com o centro de Monte Vairano era o assentamento fortificado de Monte Pallano, localizado mais ao norte no vale do Sangro, na atual região do Abruzzo.³² Estendendo-se por uma área estimada de cerca de 35 hectares, Monte Pallano também parece ter sido frequentado durante o período helenístico. A cerâmica de verniz negro sugere uma fase geral de ocupação que vai dos séculos IV a I a.C. O caráter estável ou permanente dessa ocupação é indicado pela presença de cerâmica de mesa, como pratos e copos de uso diário. Além disso, telhas de cerâmica, pesos de tear e fusos sugerem, aqui também, a presença de produção artesanal especializada.

32. Lloyd e Faustoferri (1998).

33. *Ibid.*, p. 7, com bibliografia.



Figura 3 – Trecho do muro de Monte Pallano. Foto: Rafael Scopacasa.

Os muros imponentes de Monte Pallano (Figura 3), com seus vários portões, foram datados por diferentes estudiosos a vários momentos entre os séculos VI e III a.C.³³ Apesar dessa indefinição cronológica, é relativamente certo que os muros

34. Bispham *et al.* (2000).

35. Lloyd e Faustoferri (1998, p. 8-10).

36. *Ibid.*, p. 21-22, e Kane (2006).

37. Bispham (2007).

38. Lloyd e Faustoferri (1998).

não circundavam completamente o assentamento, pois eles parecem terminar no ponto onde começa uma falésia natural.³⁴ Essa configuração pode sugerir que os habitantes ou frequentadores de Monte Pallano aproveitaram estrategicamente a topografia local, valendo-se da proteção natural da falésia como uma continuação da muralha. Casos semelhantes, em outros lugares da Itália, sugerem que havia uma lógica estratégica por trás dessas fortificações incompletas.

Dentro da área murada, estruturas quadrangulares de pedra podem denotar edifícios de caráter público ou privado. O chamado “edifício com pórtico” era uma estrutura de vários aposentos, provavelmente construída no primeiro século a.C. sobre estruturas anteriores que são menos discerníveis.³⁵ O “edifício com pórtico” foi interpretado como um espaço público devido às suas dimensões relativamente grandes (45 m N-S), sua localização aparentemente central e sua proximidade a um possível santuário, cuja presença é inferida em vista de placas decoradas de cerâmica.³⁶ No entanto, ainda não está claro se o edifício em questão não era simplesmente uma residência de elite; é também possível que a estrutura tenha combinado ambas as funções.

Tanto Monte Vairano quanto Monte Pallano continuaram em uso pelo menos até cem a.C. Ainda não são claras, exatamente, as suas trajetórias após a guerra social de 91-87 a.C., quando muitas comunidades itálicas se rebelaram contra Roma, por motivos que provavelmente incluíam a reivindicação de cidadania romana. Trata-se da última vez que ouvimos falar de “samnitas” representando uma ameaça a Roma. Quando a rebelião acabou e a cidadania romana foi concedida aos italianos, o Estado romano pode ter punido deliberadamente as comunidades do Sânio por seu papel de liderança na insurgência, retardando sua integração como novos cidadãos.³⁷ Quando o processo finalmente começou, por volta de cinquenta a.C., alguns assentamentos samnitas preexistentes foram convertidos em centros municipais romanos, como foi o caso do centro de Sepino/*Saepinum* mencionado acima; mas esse não parece ter sido o destino nem de Monte Pallano, nem de Monte Vairano. Há indicações, no entanto, de que ambos continuaram abrigando algum tipo de atividade. Sinais nesse sentido são talvez mais visíveis em Monte Pallano, onde a ocorrência de cerâmica de *terra sigillata* e a construção do “edifício com pórtico” sugerem algum grau de prosperidade material em pleno século I a.C.³⁸ O fato de que o referido edifício foi construído em cima de estruturas preexistentes poderia indicar alguma tentativa deliberada de reorganização e mudança do espaço.

A análise de assentamentos como Monte Vairano e Monte Pallano pode refinar a nossa compreensão das sociedades não-urbanizadas do Mediterrâneo no último milênio a.C. Por um lado, conforme notado acima, ambos os centros aparentam ser excepcionais no seu contexto regional, onde a norma parece ter sido o assentamento disperso em pequenas aldeias e povoados rurais. Trata-se de uma realidade muito diferente daquela observada em regiões vizinhas como Etrúria e Lácio, que desde o início do primeiro milênio a.C. passam a ser densamente preenchidas por centros muito maiores. As grandes cidades etruscas de Tarquinia, Veio e Caere, por exemplo, parecem ter variado entre 150 e 190 hectares; estimativas referentes a Roma são ainda maiores, chegando a quatrocentos hectares no final do século VI a.C.³⁹ Perto desses casos, os cinquenta hectares de Monte Vairano e os 35 de Monte Pallano parecem simplesmente modestos demais.

Mesmo que esses assentamentos não possam ser considerados centros urbanos pelos padrões mediterrâneos antigos, fica claro, a partir da discussão acima, que eles se aproximam de aspectos da “cidade antiga” de Hansen e, especialmente, do “perfil urbano” de Zuiderhoek, a saber: especialização econômica, diversidade ocupacional, e construções permanentes, incluindo espaços e estruturas de natureza aparentemente pública, cujo aparecimento sinalizaria a importante transformação de meros aglomerados humanos em comunidades políticas propriamente ditas. É necessário considerar mais detidamente esses aspectos, tal como eles se apresentam por meio dos vestígios arqueológicos nos centros em questão.

Especialização econômica e diversidade ocupacional

Os habitantes ou frequentadores de Monte Pallano e Monte Vairano parecem ter se dedicado a práticas socioeconômicas bastante diversas. Os vestígios arqueológicos discutidos acima, sobretudo aqueles de Monte Vairano, permitiriam vislumbrar os seguintes grupos gerais: (1) trabalhadores agrícolas, que podem ter variado em termos de status (camponeses livres, arrendatários, servos e escravizados); (2) trabalhadores artesãos como oleiros e tecelões, e (3) trabalhadores de construção responsáveis por erguer as muralhas e torres de fortificação (ambos os grupos dois e três podendo variar em status, como no caso dos trabalhadores agrícolas); (4) comerciantes cosmopolitas, conectados aos principais centros mercantis do mundo grego helenístico; (5) consumidores de artigos de luxo importados, que podem ter

sido encarecidos pelo transporte desde os portos litorâneos até seu destino interiorano final (como no caso das ânforas provenientes do Mediterrâneo oriental); e, por fim, (6) residentes e/ou proprietários de edifícios de pedra com decoração interna e infraestrutura hidráulica, como a “casa de LN”.

Os grupos delineados acima não eram necessariamente mutuamente excludentes em termos das pessoas que os formavam. Ao contrário, é possível propor hipóteses diferentes sobre como esses grupos teriam coincidido na esfera prática da vida cotidiana. Dependendo de como fazemos essa reconstrução, é possível obter como resultado perfis socioeconômicos bastante diferentes.

Por um lado, as evidências arqueológicas poderiam sustentar um perfil mais desigual ou hierárquico de organização social, do tipo frequentemente aplicado a comunidades urbanas do Mediterrâneo do primeiro milênio a.C. Por esse prisma hierarquizante, as diferentes atividades e ocupações corresponderiam a setores sociais antagônicos, em termos de renda (elite mercantil/ latifundiária *versus* trabalhadores manuais) e/ou de status (pessoas livres/politicamente emancipadas *versus* dependentes ou escravizados). Esse tipo de perspectiva nos levaria a pensar, por exemplo, que os responsáveis pela aquisição das ânforas de vinho grego em Monte Vairano eram, também, os consumidores desses artigos de luxo, bem como os ocupantes e proprietários de ambientes sofisticados e confortáveis como a “casa de LN”, especialmente se supormos que essa estrutura fazia parte de um complexo residencial maior. Nós poderíamos também pensar esses agentes privilegiados como sendo os patrões de trabalhadores subalternos — isto é, os artesãos, construtores e agricultores/lavradores cuja presença seria sinalizada pelos instrumentos de trabalho e pelas próprias edificações, e cujo trabalho teria sustentado o estilo de vida confortável dos seus superiores sociais.

A sugestão de que os centros samnitas estavam sob alguma forma de controle oligárquico já foi feita em relação a Monte Pallano, onde a presença de uma aristocracia militar foi proposta em vista de esculturas de pedra recuperadas nos arredores do assentamento. Uma delas é estela de pedra fragmentária conhecida como o “torso de Atessa”, que parece representar um guerreiro de pé.⁴⁰ Pela mesma lógica, as ânforas de vinho importadas de Monte Vairano poderiam ser tomadas como indicação de uma elite local afluyente e politicamente dominante, conforme notado acima. Tudo isso estaria em aparente sintonia com vestígios funerários que sugerem a presença de estratificação social em um grau não desprezível, pelo menos em algumas partes do Sânio já na primeira metade do primeiro milênio a.C. A organização espacial das necrópoles aponta para uma possível segmentação em linhas familiares. A arquitetura e mobília das sepulturas são muito menos luxuosas do que nas grandes necrópoles etruscas ou campanas; ainda assim, elas sugerem a existência de algum

acesso diferenciado a recursos no interior dessa sociedade: os cemitérios escavados geralmente incluem uma minoria de sepulturas com itens distintos, como armaduras de bronze, joias de âmbar trabalhado, cerâmica fina e urnas cinerárias.⁴¹

Em termos das relações entre as camadas socioeconômicas delineadas acima, é possível pensar em formas de integração vertical atravessando-as. Talvez o quadro mais plausível nesse sentido envolveria diferentes famílias aristocráticas, cada uma delas mantendo seus respectivos grupos de dependentes subalternos por meio de laços pessoais de trocas de favores, apadrinhamento e clientelismo. Essas “grandes famílias” poderiam ter funcionado como unidades políticas em si mesmas, independente da comunidade maior que elas integravam. Esse, inclusive, é o tipo de dinâmica que Nicola Terrenato prevê para as sociedades urbanizadas da Itália do primeiro milênio a.C.⁴² Ele propõe que os grandes núcleos urbanos na Etrúria e no Lácio teriam se desenvolvido, primariamente, como espaços onde linhagens aristocráticas vizinhas podiam se encontrar e cooperar, na medida em que isso lhes permitisse promover seus próprios interesses e os de seus dependentes subalternos. A perspectiva de Terrenato carrega implicações para o estudo da dimensão política da urbanização antiga: para o estudioso, a lealdade à cidade sempre teve que competir com a lealdade à família, que tinha sua própria lógica de funcionamento e seus próprios interesses enquanto grupo corporativo; sendo que esses interesses nem sempre coincidiam com aqueles da comunidade urbana que essas “grandes famílias” integravam.

Todas as reconstruções hipotéticas acima pressupõem um quadro básico de desigualdade e hierarquia social consolidada. Entretanto, os vestígios arqueológicos de Monte Vairano e Monte Pallano abrem espaço para reconstruções alternativas do perfil socioeconômico desses lugares, reconhecendo a existência de desigualdades, mas, ao mesmo tempo, evitando dualismos que arriscam ser reducionistas. Um dado arqueológico importante nesse sentido é a já mencionada “explosão” no número de pequenos assentamentos rurais nos territórios ao redor de Monte Vairano e Monte Pallano. Prospecções arqueológicas de superfície, realizadas em áreas próximas aos centros em questão (os vales do Biferno e do Sangro, respectivamente), sugerem que o número de pequenos assentamentos rurais duplica a partir do século IV a.C.⁴³ Essa tendência pode ser interpretada de maneiras diferentes; uma delas é de que se tratou de um processo pelo qual uma parcela maior da sociedade estava ganhando acesso à terra, transformando-se em pequenos ou médios proprietários e ocupando seus lotes rurais de maneira mais fixa e arqueologicamente visível.⁴⁴

Por esse prisma, alguns elementos do registro arqueológico de Monte Vairano e Monte Pallano podem adquirir implicações socioeconômicas diferentes. Por exemplo, a presença de ferramentas de trabalho agrícola e artesanal não

41. Panoramas de tendências no material funerário: Di Niro (1991b), Tagliamonte (1996), Faustoferri (2003).

42. Terrenato (2019, p. 62-63).

43. Lloyd (1995) e Lloyd, Lock e Christie (1997).

44. Terrenato (2007, 2019) propõe essa interpretação, em referência a outras regiões da Itália onde o fenômeno também se verifica.

necessariamente denotaria, por si só, a existência de um grupo separado e marginalizado de trabalhadores. A produção artesanal cerâmica e têxtil, por exemplo, poderia muito bem ter ocorrido dentro de unidades domésticas ou familiares de camponeses livres, pequenos ou médios proprietários. No que se refere ao comércio e consumo, é importante lembrar que as ânforas de vinho grego em Monte Vairano foram recuperadas em uma área do assentamento que não parece ter incluído indicadores arqueológicos explícitos de um ambiente social exclusivo. Por exemplo, não há registros de que as ânforas foram encontradas dentro de qualquer estrutura ou edifício que poderia ser identificado como uma residência de elite. É, portanto, concebível que as ânforas tivessem sido armazenadas, e seus conteúdos consumidos, em algum tipo de espaço aberto ou de acesso menos restrito, e por um grupo de pessoas igualmente menos exclusivo. Esses espaços podem ter estado presentes em Monte Vairano: obras de terraçamento nas partes mais centrais do assentamento podem ter correspondido a algum tipo de praça pública. Existe, é claro, a possibilidade de que o lugar onde as ânforas foram encontradas fosse algum tipo de área de descarte, a qual não seria indicativa do contexto em que o vinho foi consumido; ainda assim, parece significativo que residências privadas de luxo não foram seguramente identificadas no assentamento. A única estrutura que poderia ser aproximada dessa categoria é a chamada “casa de LN”; porém, as suas dimensões reduzidas (25 m²) parecem insuficientes, pelo menos pelos padrões de edifícios identificados como casas aristocráticas na Etrúria e no Lácio.⁴⁵

Como observado acima, existe a possibilidade de que a “casa de LN” fosse parte de um complexo residencial maior; porém, isso parece pouco provável, considerando que escavações sistemáticas foram realizadas na área, levando à própria descoberta da “casa”. Portanto, a identificação da casa de LN como uma residência de elite e/ou socialmente exclusiva sugeriria, no mínimo, que essa elite tinha um padrão de vida bem menos ostensivo do que aquela dos grandes centros etruscos e latinos — o que, por sua vez, apontaria para a necessidade de redefinir o próprio entendimento de “elite” no que se refere ao contexto não-urbanizado do Sânio. Por esse prisma, e considerando que até agora nenhuma estrutura permanente em Monte Vairano foi identificada como “casa popular”, seria possível supor que a maior parte dos habitantes estivesse abrigada em estruturas feitas de materiais mais perecíveis e modestos, como madeira e palha, que não teriam deixado rastros facilmente detectáveis. Por outro lado, é importante lembrar que a área interna do assentamento não foi escavada inteiramente: portanto, é possível que a casa de LN seja representativa de outras habitações de tamanho igualmente modesto, que podem ter sido acessíveis a setores mais amplos da comunidade. É

ainda imaginável que estejamos diante de algum outro tipo de ambiente, de caráter ainda indeterminado, mas que poderia ter tido uma dimensão cúltica/religiosa em vista da placa decorativa de terracota com cena de Héracles e o leão de Neméia — talvez uma espécie de *sacellum* de natureza não necessariamente privada.

Ao fim, as projeções e estimativas esboçadas acima resultam na conclusão preliminar de que o perfil socioeconômico de Monte Pallano e Monte Vairano pode ter variado entre os seguintes tipos gerais: (1) uma situação de desigualdade acentuada e hierárquica, entre uma aristocracia proprietária e trabalhadores marginalizados em diferentes graus, com cada grupo sendo caracterizado por estilos de vida materialmente contrastantes, e (2) um cenário não desprovido de extremos (famílias aristocráticas versus escravizados), porém marcado pela formação de um setor camponês livre e relativamente prospero, e onde se verificaria uma distribuição mais “democrática” tanto do trabalho manual como do acesso a conforto material.

Estruturas e espaços públicos

Talvez a indicação mais clara de que alguma forma de organização comunal estava se desenvolvendo em Monte Pallano e Monte Vairano é fornecida pelas estruturas permanentes erguidas nesses centros; em particular, pelas fortificações de pedra consistindo nos circuitos de muros, portões e torres de vigia ainda conspícuos na paisagem local.

Em um estudo sobre a formação da polis na região do Egeu durante o início do primeiro milênio a.C., Anthony Snodgrass observou que estruturas permanentes de fortificação podem ter implicações sociopolíticas importantes, mas que podem variar bastante dependendo do tamanho e do conteúdo das áreas que elas envolvem.⁴⁶ Ele analisa casos individuais que diferem marcadamente nesse aspecto: em alguns, os muros de fortificação cercam aldeias inteiras; em outros, somente os topos de colinas, que incluem o que aparentam ser a residência do chefe, deixando de fora a maior parte do assentamento; outros casos parecem envolver fortalezas isoladas sem habitações em volta.

O argumento de Snodgrass era que muros de fortificação, por si sós, não são claros indicadores do perfil sociopolítico de uma comunidade — no caso, se um assentamento poderia ou não ser considerado uma polis. Mesmo assim, a sua análise fornece alguns parâmetros para esta discussão. Parece significativo, por exemplo, que as áreas cercadas pelas muralhas de Monte Vairano e Monte Pallano eram aparentemente grandes o suficiente para abarcar números

47. Terrenato (2019).

48. Sobre a Segunda Guerra Púnica e seus impactos na Itália, ver Fronda (2010).

49. Di Niro (1991a).

consideráveis de pessoas, certamente mais do que somente um grupo seletivo de residências ou famílias. Nesse sentido, vale recordar que ambos os centros fortificados se desenvolveram em um contexto em que o meio rural estava ficando cada vez mais densamente habitado, em um nível e ritmo possivelmente sem precedentes na região, a partir da segunda metade do século IV a.C.

Curiosamente, é por volta desse momento que parece ocorrer uma intensificação das guerras na península itálica, em conexão com o início da expansão romana. Como observou Nicola Terrenato, essa convergência permanece a ser mais bem identificada e datada; de todo modo, ela poderia sugerir que os habitantes dos pequenos sítios rurais teriam rapidamente desenvolvido uma necessidade urgente de proteção.⁴⁷ Conforme notado acima, mesmo depois da “conquista romana da Itália” no século IV a.C., a península continuou sendo palco de conflitos intensos, violentos e persistentes, tendo em vista as notícias sobre a invasão de Pirro em 280-272 a.C., a invasão gaulesa de 225 a.C., e a invasão cartaginesa liderada por Aníbal durante a Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.), sendo que essa última teria excedido em muito as anteriores em termos dos estragos causados e da insegurança gerada.⁴⁸

No que se refere ao Sânio, pouquíssimos dos assentamentos rurais pequenos que se multiplicam nos séculos IV e III a.C. foram escavados sistematicamente; os que foram parecem confirmar a ausência de estruturas protetivas. O caso mais bem documentado é, possivelmente, o da chamada “fazenda de Pesco Morelli”, localizada a dez-quinze km de Monte Vairano (Figura 4).⁴⁹ Trata-se de uma estrutura quadrangular de pedra, de 12×15 m, consistindo basicamente em um pátio central rodeado de aposentos menores. O complexo parece ter sido frequentado entre os séculos IV e II a.C., contemporaneamente aos centros maiores. O layout lembra o de outras pequenas residências rurais que se multiplicam pela península itálica no período em questão. O edifício parece ter servido propósitos tanto residenciais quanto produtivos. Elementos sugestivos de habitação incluem recipientes de cerâmica com traços de uso ao fogo (fuligem), um piso de cerâmica, uma lareira, um provável lavatório rebocado, vários pregos de ferro indicativos de móveis e, possivelmente, de um segundo andar feito de madeira. No que se refere às atividades produtivas, essas parecem ter sido tanto agrícolas quanto artesanais, dada a presença de jarras de armazenamento de alimentos (*dolia*) e pesos de tear. Temos, aqui, os sinais materiais de algum grau de conforto e de produção de excedente agrícola, mas aparentemente não de segurança.



Figura 4 – Plano da “fazenda de Pesco Morrelli”. Fonte: Di Niro (1991a).

Em vista dos dados acima, as fortificações de Monte Vairano e Monte Pallano poderiam indicar alguma forma de consciência ou coesão comunitária em formação nesses lugares, pautada pela busca e pela oferta de segurança coletiva (entre outros fatores que permanecem a ser identificados mais claramente). Se esses casos forem avaliados em vista dos parâmetros de Snodgrass para o Egeu, seria possível inferir algum tipo de princípio ou ideologia mais inclusiva por trás das estruturas defensivas em discussão. Nesse sentido, é importante lembrar que juntamente com propósitos defensivos práticos, as muralhas também teriam funcionado em um nível discursivo ou simbólico, como constatações de poder militar e capacidade de resistir a eventuais agressões. Já foi proposto que os muros de Monte Pallano podem ter sido um meio de afirmar a visibilidade e a proeminência hierárquica desse centro em relação a assentamentos menores das redondezas.⁵⁰ Nós poderíamos, talvez, estar diante de comunidades cívicas de algum tipo, em processo de autodefinição pautada pelas suas próprias capacidades militares e defensivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região montanhosa do Sânio, na Itália central, é uma das partes do Mediterrâneo que não foram atingidas pela onda de urbanização que se espalhou do Levante até a península ibérica, e do Egeu até o norte da África, no começo do último milênio a.C. O sistema de assentamento disperso que se desenvolveu no Sânio provavelmente foi um fator de peso na trajetória histórica peculiar de seus habitantes, podendo estar relacionado à sua resistência aparentemente tenaz ao projeto imperialista romano durante os séculos IV e III a.C. — resistência essa que recebe especial destaque nos relatos greco-romanos. Conforme observado acima, a ideia de que essas comunidades menos ostensivas estavam fortemente integradas territorialmente oferece uma explicação plausível para sua capacidade de fazer frente aos primeiros avanços da expansão romana.

Este artigo buscou explorar mais detidamente certos aspectos dessa realidade não urbanizada, a partir da análise contextual na microescala de assentamentos que integravam o sistema de povoamento disperso, mas que ao mesmo tempo apresentam peculiaridades cujas implicações históricas permanecem a ser estudadas mais sistematicamente.

Em termos gerais, o que nós parecemos ver em Monte Pallano e Monte Vairano é o desenvolvimento, em meio a uma realidade de povoados pequenos e dispersos, de centros excepcionalmente grandes e complexos para os padrões da região. Por motivos que ainda permanecem a ser mais bem compreendidos, a partir de meados do século IV a.C. ambos os lugares viraram focos de investimento significativo de energia, mão de obra e recursos coletivos, funcionando como polos de atração para pessoas cobrindo uma gama socioeconômica aparentemente ampla. Esse grupo potencialmente heterogêneo de habitantes e/ou frequentadores teria tido interesses em comum, que podem ter precedido o desenvolvimento dos centros e contribuído para sua formação; ou então surgido posteriormente, como resultado do próprio processo de aglomeração. Entre esses interesses compartilhados estava, provavelmente, a segurança oferecida pelas estruturas de fortificação em larga escala, que podem ter sido originalmente feitas de materiais perecíveis como madeira, e depois substituídas por edificações de pedra. Essas estruturas, em sua monumentalidade, teriam enfatizado a singularidade de ambos os centros nas suas paisagens locais de povoados pequenos e esparsos.

Para compreender a natureza desses agrupamentos e situá-los no universo histórico maior do Mediterrâneo antigo, parecem especialmente significativos os vestígios arqueológicos referentes a atividades socioeconômicas

e ocupacionais que estavam presentes nesses lugares. Um problema central, que surge da discussão acima, é a dificuldade de determinar até onde chegava a heterogeneidade socioeconômica e, sobretudo, quão contrastantes teriam sido os estilos de vida das pessoas em Monte Pallano e Monte Vairano.

Do ponto de vista metodológico, a ambiguidade dos vestígios materiais pode ser tratada não como um obstáculo, mas sim como uma oportunidade de vislumbrar paradigmas alternativos de organização social no Mediterrâneo antigo, para além daqueles mais familiares e referentes a contextos urbanizados (que tendem a ser, também, os mais bem documentados do ponto de vista de fontes escritas). Conforme observado acima, a reconstrução de um perfil socioeconômico mais hierárquico e desigual para Monte Vairano e Monte Pallano, embora plausível, não esgota as possibilidades interpretativas oferecidas pelos vestígios disponíveis. Nossa tendência, talvez, é a de universalizar a correlação observada nas realidades urbanizadas do Mediterrâneo, entre aglomeração humana em comunidades maiores e processos de estratificação e desigualdade social, às vezes em graus extremados — considerando, por exemplo, os relatos antigos sobre Atenas antes das reformas de Sólon, ou sobre Roma antes da emancipação da plebe. Porém, no que se refere a realidades como as montanhas do Sânio, não deveria ser descartada de antemão a possibilidade de que, ali, a aglomeração (embora em menor escala) possa ter resultado em formações comunitárias alternativas, possivelmente mais igualitárias no que se refere à distribuição social de trabalhos manuais e do acesso a confortos materiais.

Com relação ao status político dos centros de Monte Vairano e Monte Pallano, as possibilidades são igualmente variadas. De modo geral, é concebível que estivessem presentes as condições necessárias para que esses centros se transformassem em algo parecido com comunidades políticas coesas, com suas próprias instituições e identidades, pelo menos em certas conjunturas históricas. É plausível que a convivência de grupos socioeconômicos diversos, no mesmo espaço, teria gerado tensões e disputas cuja solução teria demandado algum tipo de ação coordenada, assim catalisando o desenvolvimento desses centros em comunidades políticas de algum tipo. A natureza mais exata dessas comunidades, entretanto, permanece a ser mais bem elucidada — inclusive no que se refere à sua relação com outros níveis de organização política presentes na região, como o próprio *ethnos* ou a “federação” samnita.

Fundamental para o desenvolvimento dessas problemáticas será a análise futura de amostragens amplificadas de contextos habitacionais em realidades menos ou não-urbanizadas, tanto na península itálica como em outras partes do Mediterrâneo. Por enquanto, este artigo buscou demonstrar como uma abordagem contextual na microescala pode ampliar o nosso conhecimento da diversidade e complexidade de organizações comunitárias nas periferias do urbanismo Mediterrâneo antigo.

REFERÊNCIAS

LIVROS, ARTIGOS E TESES

APPIAN. *Roman history*. London: Heinemann, 1912-1913.

BISPHAM, Edward *et al.* Towards a Phenomenology of Samnite Fortified Centres. *Antiquity*, Durham, v. 74, n. 283, p. 23-24, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003598X00066035>.

BISPHAM, Edward. *From Asculum to Actium: the Roman Municipalization of Italy*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

BRADLEY, Guy Jolyon. *Ancient Umbria: State, Culture and Identity in Central Italy from the Iron Age to the Augustan Era*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

CATALLI, Francesca. Le monete. In: *Sannio: Pentri e Frentani dal VI al I sec. a.C.* Roma: De Luca, 1980. p. 350-357.

CRAWFORD, Michael Hewson (org.). *Imagines Italicae*. London: Institute of Classical Studies, 2011.

DE BENEDITTIS, Gianfranco. Monte Vairano: tratturi, economia e viabilità. *Conoscenze*, Campobasso, v. 6, p. 13-27, 1990.

DE BENEDITTIS, Gianfranco. Bovianum. In: CAPINI, Stefania; DI NIRO, Angela (orgs.). *Samnium: Archeologia del Molise*. Roma: Quasar, 1991a. p. 233-239.

DE BENEDITTIS, Gianfranco. L'abitato di Monte Vairano. In: CAPINI, Stefania; DI NIRO, Angela (orgs.). *Samnium: Archeologia del Molise*. Roma: Quasar, 1991b. p. 127-130.

DE BENEDITTIS, Gianfranco. L'oppidum di Monte Vairano ovvero Aquilonia. In: *SANNIO: Pentri e Frentani dal VI al I sec. a.C.* Roma: De Luca, 1980. p. 321-341.

DE BENEDITTIS, Gianfranco. Monte Vairano. In: *LA ROMANISATION du Samnium aux IIe et Ier siècles av. J.C.* Nápoles: Centre Jean Bérard, 1991c. p. 47-55.

DE BENEDITTIS, Gianfranco. *Monte Vairano: distruzione, oblio, rinascita*. Campobasso: Banca Popolare delle Province Molisane, 2017.

DE BENEDITTIS, Gianfranco. *Monte Vairano: la casa di "LN"*. Catalogo della mostra. Campobasso, 1988.

DE BENEDITTIS, Gianfranco; BEVILACQUA, Gabriella. Bolli Rodi. *In: SANNIO: Pentri e Frentani dal VI al I secolo a.C.* Roma: De Luca, 1980b. p. 306-308.

DE BENEDITTIS, Gianfranco; BEVILACQUA, Gabriella. Le anfore. *In: SANNIO: Pentri e Frentani dal VI al I secolo a.C.* Roma: De Luca, 1980a. p. 342-348.

DENCH, Emma. *From Barbarians to New Men: Greek, Roman and Modern Perceptions of the Central Appenines.* Oxford: Clarendon Press, 1995.

DI NIRO, Angela. Cercemaggiore-Gildone: la Casa, le Tombe e il Sacello. *In: CAPINI, Stefania; DI NIRO, Angela (orgs.). Samnium: Archeologia del Molise.* Roma: Quasar, 1991a. p. 121-126.

DI NIRO, Angela. Le Necropoli dell'Area Interna, Le Necropoli della Zona Costiera. *In: CAPINI, Stefania; DI NIRO, Angela (orgs.). Samnium: Archeologia del Molise.* Roma: Quasar, 1991b. p. 61-71.

DIODORUS OF SICILY. *In Twelve Volumes.* London: Heinemann, 1933-1967.

DIONYSIUS OF HALICARNASSUS. *The Roman Antiquities.* London: Heineman, 1937-1950.

ECKSTEIN, Arthur. *Mediterranean Anarchy, Interstate War and the Rise of Rome.* Berkeley: University of California Press, 2006.

FAUSTOFERRI, Amalia. Prima dei Sanniti: Le necropoli dell'Abruzzo meridionale. *Melanges de l'Ecole Française de Rome*, Roma, v. 115, n. 1, p. 85-107, 2003.

FRONDA, Michael. *Between Rome and Carthage: Southern Italy during the Second Punic War.* Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

FULMINANTE, Francesca. *The Urbanization of Rome and Latium Vetus: from the Bronze Age to the Archaic Era.* Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

HANSEN, Mogens H. (org.). *A Comparative Study of Thirty City-State Cultures.* Copenhagen: Reitzels, 2000b.

HANSEN, Mogens. Introduction: The Concept of City-State and City-State Culture. *In: HANSEN, Mogens. (org.). A Comparative Study of Thirty City-State Cultures.* Copenhagen: Reitzels, 2000a. p. 11-34.

HANSEN, Mogens; NIELSEN, Thomas Heine. *An Inventory of Archaic and Classical Poleis.* Oxford: Oxford University Press, 2004.

ISAYEV, Elena. *Inside Ancient Lucania: Dialogues in History and Archaeology*. London: Institute of Classical Studies, 2007.

JOHNSTON, Andrew *et al.* A monumental mid-republican building complex at Gabii. *Papers of the British School at Rome*. Roma, v. 86, p. 1-35, 2018.

KANE, Susan. Terracotta Dolphin Plaques from Monte Pallano (Abruzzo). In: EDLUND BERRY, Ingrid; GRECO, Gabriele; KENFIELD, John (orgs.). *Deliciae Fictiles III: Architectural Terracottas in Ancient Italy: New Discoveries and Interpretations*. Oxford: Oxbow Books, 2006. p. 176-180.

LA REGINA, Adriano. Appunti su entità etniche e strutture istituzionali nel Sannio antico. *Annali dell'Istituto Orientale di Napoli, Archeologia e Storia Antica*, Nápoles, v. 3, p. 120-137, 1981.

LA REGINA, Adriano. Aspetti istituzionali nel mondo sannitico. In: SANNIO: *Pentri e Frentani dal VI al I sec. a.C.* Atti del Convegno. Campobasso: Enne, 1984. p. 7-25.

LA REGINA, Adriano. Dalle guerre Sannitiche alla Romanizzazione. In: SANNIO: *Pentri e Frentani dal VI al I sec. a.C.* Roma: De Luca, 1980. p. 29-42.

LA REGINA, Adriano. I Sanniti. In: AMPOLO, Carmine (org.). *Italia omnium terrarum parens*. Milão: Scheiwiller, 1989. p. 301-432.

LETTA, Cesare. Dall'oppidum al nomen: i diversi livelli dell'aggregazione politica nel mondo osco-umbro. In: AGNIER-FORESTI, L. (org.). *Federazioni e federalismo nell'Europa antica*. Milão: Vita e Pensiero, 1994. p. 387-406.

TITO LÍVIO. *Ab Urbe Condita*: Books 1-10. London: Heinemann, 1919-1929.

LLOYD, John A. Pentri, Frentani and the Beginnings of Urbanisation (500-80 BC). In: BARKER, Graeme (org.). *A Mediterranean Valley: Landscape Archaeology and Annals History in the Biferno Valley*. Leicester: University of Leicester Press, 1995. p. 181-212.

LLOYD, John; FAUSTOFERRI, Amalia. Monte Pallano: a Samnite Fortified Centre and its Hinterland. *Journal of Roman Archaeology*, Portsmouth, v. 11, p. 5-22, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1047759400017177>.

LLOYD, John.; LOCK, Gary; CHRISTIE, Neil. From the Mountain to the Plain: Landscape Evolution in the Abruzzo. An Interim Report on the Sangro Valley Project (1994-95). *Papers of the British School at Rome*. Roma, v. 65, p. 1-57, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0068246200010576>.

MATTEINI CHIARI, Maurizio. (org.). *Saepinum*. Museo documentario dell'Altilia. Campobasso: Istituto di archeologia dell'Università di Perugia, 1982.

OSBORNE, Robin. Urban Sprawl: What is Urbanization and Why does it Matter? *In*: OSBORNE, Robin; CUNLIFFE, Barry (orgs.). *Mediterranean Urbanization 800-600 BC*. London: The British Academy, 2005. p. 1-16.

OSBORNE, Robin; CUNLIFFE, Barry (orgs.). *Mediterranean Urbanization 800-600 BC*. London: The British Academy, 2005.

SALMON, Edward Togo. *Samnium and the Samnites*. Cambridge: Cambridge University Press, 1967.

SANNIO. Pentri e Frentani dal VI al I sec. a.C. Roma: De Luca, 1980.

SCOPACASA, Rafael. *Ancient Samnium: Settlement, Culture and Identity between History and Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

SNODGRASS, Anthony. Archaeology and the Study of the Greek City. *In*: RICH, John; WALLACE-HADRILL, Andrew (orgs.). *City and Country in the Ancient World*. London: Routledge, 1991. p. 1-24.

STODDART, Simon. City and Countryside. *In*: BELL, Sinclair; CARPINO, Alexandra (orgs.). *A Companion to the Etruscans*. Chichester: Wiley Blackwell, 2015. p. 55-66.

STRABO. *The geography*. London: Heinemann, 1917-1949.

TAGLIAMONTE, Gianluca. *I Sanniti*: Caudini, Irpini, Pentri, Carricini, Frentani. Milão: Longanesi, 1996.

TERRENATO, Nicola. The Clans and the Peasants: Reflections on Social Structure and Change in Hellenistic Central Italy. *In*: VAN DOMMELEN, Peter; TERRENATO, Nicola (orgs.). *Articulating Local Cultures: Power and Identity under the Expanding Roman Republic*. Portsmouth: Journal of Roman Archaeology, 2007. p. 13-22.

TERRENATO, Nicola. *The Early Roman Expansion into Italy*: Elite Negotiation and Family Agendas. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

ZUIDERHOEK, Arjan. *The Ancient City*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

Artigo apresentado em: 17/11/2022. Aprovado em: 15/02/2023.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License